



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ANANINDEUA
FACULDADE DE HISTÓRIA

JOÃO LUIZ DOS SANTOS MOREIRA

ENTRE O MARACÁ E O LABORATÓRIO: o protagonismo das plantas medicinais nas
disputas entre saberes populares e medicina oficial em Belém (1870-1900)

ANANINDEUA-PA
2026

JOÃO LUIZ DOS SANTOS MOREIRA

ENTRE O MARACÁ E O LABORATÓRIO: o protagonismo das plantas medicinais nas disputas entre saberes populares e medicina oficial em Belém (1870-1900)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle

ANANINDEUA-PA

2026

JOÃO LUIZ DOS SANTOS MOREIRA

ENTRE O MARACÁ E O LABORATÓRIO: o protagonismo das plantas medicinais nas disputas entre saberes populares e medicina oficial em Belém (1870-1900)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, do Campus Universitário de Ananindeua, da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Licenciado em História

Orientador: Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle

Data de aprovação: 15/ 07/ 2026

Conceito: Excelente

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Wesley Oliveira Kettle
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr Carlos Augusto de castro
Bastos
Universidade Federal do Pará

Dedico este trabalho aos meus pais, por acreditarem em mim e incentivarem minha trajetória além de terem me aproximado das plantas, especialmente à minha mãe, minha maior inspiração, por nunca deixar de acreditar no poder da educação e no meu potencial.

Ao professor Michel, meu herói e inspiração para seguir a profissão docente e me tornar professor de História.

Aos meus amigos Nicolas, Kauê e Davi, pelo apoio, pelas alegrias e pela companhia nos momentos mais difíceis.

E, de forma muito especial, à minha amada Kamilly, pelo amor, pelos puxões de orelha, pelo exemplo e pela parceria ao longo de todos os anos desta caminhada na graduação. Sua companhia, amor e carinho foram uma das melhores coisas que já tive na vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Wesley Kettle, por ser, para mim, um exemplo de professor e pesquisador, pela generosidade com que compartilhou seus conhecimentos, pelas orientações sempre cuidadosas e pelos constantes incentivos acadêmicos ao longo da graduação. Sua dedicação ao ensino e à pesquisa foi uma importante fonte de inspiração para minha formação.

Ao professor Francivaldo Nunes, pelo apoio, pelas valiosas contribuições, pelas recomendações bibliográficas e pelas experiências historiográficas proporcionadas durante minha trajetória na Comissão Pastoral da Terra (CPT) da CNBB de Belém. As vivências compartilhadas nesse espaço ampliaram minha compreensão da prática historiográfica e foram fundamentais para minha formação acadêmica e profissional.

À professora Simeia Lopes, pelo auxílio na primeira organização deste trabalho, pela contribuição na definição do tema e pelo carinho, paciência e atenção dedicados às inúmeras dúvidas que surgiram ao longo deste percurso. Sua disponibilidade e incentivo foram essenciais para que este projeto pudesse tomar forma.

Ao meu grande amigo Vinicius Rodrigues, meu primeiro amigo na universidade, por estar presente desde os primeiros dias da graduação. Sou profundamente grato por toda a amizade, pelo companheirismo, pelas conversas, pelas risadas e pelo apoio constante ao longo desses quatro anos. Sua presença tornou a adaptação à vida universitária muito mais tranquila e levo comigo não apenas as experiências acadêmicas que compartilhamos, mas também a amizade sincera construída ao longo dessa trajetória.

À Carla Lopes, ao Narciso Alencar e ao Gabriel Souza, pela amizade, pela parceria, pelas conversas, pelas aventuras e pelos inúmeros trabalhos compartilhados durante a graduação. A convivência com vocês tornou essa caminhada muito mais leve, enriquecedora e memorável.

E, por fim, à minha amada Kamilly, por ser meu porto seguro durante toda esta caminhada. Obrigado por todo o amor, carinho, paciência e companheirismo ao longo de cada etapa desta graduação. Ter você ao meu lado, compartilhando os momentos bons e difíceis, tornou essa caminhada muito mais especial. Sou imensamente grato por todo o amor e cuidado que você sempre me ofereceu e por nunca deixar que eu me sentisse sozinho. Eu te amo muito e agradeço por ser essa pessoa tão amorosa e especial. Você é, sem dúvida, o maior presente que essa faculdade já me deu.

RESUMO

Este trabalho analisa o protagonismo das plantas medicinais nas disputas entre os saberes populares de cura e os projetos de modernização implementados na cidade de Belém entre 1870 e 1900. A pesquisa busca compreender como os conhecimentos relacionados à flora medicinal participaram dos conflitos entre a medicina popular e a medicina oficial, bem como os fatores que contribuíram para a permanência desses saberes apesar das tentativas de repressão promovidas pelas autoridades e pelos discursos científicos do período. O estudo fundamenta-se na análise de jornais publicados em Belém, que registram denúncias contra pajés e curandeiros, anúncios de medicamentos e debates sobre higiene e saúde pública. A investigação demonstra que, embora os saberes populares fossem frequentemente associados à superstição e ao atraso, muitos conhecimentos sobre as propriedades terapêuticas das plantas foram incorporados e legitimados pela medicina científica. Além disso, destaca-se o papel da oralidade, da memória e das práticas cotidianas na preservação e transmissão desses conhecimentos ao longo do tempo. Conclui-se que a permanência dos saberes relacionados às plantas medicinais revela formas de resistência cultural e evidencia disputas em torno da legitimidade dos conhecimentos na sociedade paraense do final do século XIX.

Palavras-chave: plantas; medicina; belém; resistência.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 PLANTAS MEDICINAIS COMO PROTAGONISTAS.....	5
2.1 Cultura, civilização e repressão aos saberes populares.....	7
2.2 As plantas entre a modernidade e os saberes populares.....	11
2.3 Plantas, existência e relação com a natureza.....	13
3 A DISPUTA DA MEDICINA POPULAR E OFICIAL PELAS PLANTAS.....	15
3.1 Resistência, oralidade e preservação dos saberes.....	19
3.2 Estratégias de legitimação e apropriação dos conhecimentos vegetais.....	22
3.3 As plantas como agentes de conexão e construção do mundo social.....	26
4 CONCLUSÃO.....	29
5 REFERÊNCIAS.....	32

1 INTRODUÇÃO

A relação entre as populações amazônicas e as plantas medicinais constitui um dos elementos mais marcantes da construção histórica e cultural da região. Muito além de simples recursos naturais utilizados para o tratamento de enfermidades, a flora medicinal integra sistemas de conhecimentos, práticas de cura, crenças religiosas, formas de sociabilidade e modos de compreender a relação entre os seres humanos e a natureza. No Pará, esses saberes foram construídos ao longo de gerações por diferentes grupos sociais, sendo eles indígenas, mestiços e populares, tornando-se parte fundamental da cultura regional e permanecendo presentes até os dias atuais.

O interesse pela temática desta pesquisa surgiu a partir de experiências vivenciadas no âmbito familiar. Desde a infância, o contato com o uso de ervas e outros vegetais terapêuticos esteve presente em meu cotidiano por meio dos conhecimentos transmitidos por minha avó, minha mãe e meu pai. O uso dessa vegetação não se restringia apenas ao tratamento de doenças, mas também à prevenção do que poderia vir de ruim de outras pessoas, como um mal olhado. Durante muitos anos, essa convivência foi percebida como algo natural e comum, sem despertar maiores questionamentos. Contudo, ao longo de minha graduação em História, especialmente durante as discussões realizadas na disciplina Amazônia Oitocentista, essa realidade passou a ser observada sob uma nova perspectiva.

Ao estudar a cidade de Belém durante as últimas décadas do século XIX, tornou-se evidente a presença de uma intensa disputa em torno dos saberes populares de cura sobre a pajelança e o uso de plantas medicinais. Nesse contexto, a capital paraense vivenciou profundas transformações impulsionadas pelas elites locais, que buscavam implementar um projeto de modernização inspirado em modelos europeus de civilização, progresso e higiene. Como consequência, diversos costumes, crenças e práticas tradicionais passaram a ser alvo de vigilância, repressão e deslegitimação. Entre eles estavam os conhecimentos relacionados à flora medicinal e aos tratamentos realizados por pajés e curandeiros.

A observação desse processo despertou uma inquietação central para esta pesquisa. Se tantas medidas foram adotadas para combater e marginalizar esses saberes, por que eles não desapareceram? Como práticas constantemente associadas à superstição, ao atraso e à ignorância conseguiram sobreviver às pressões exercidas pelo projeto civilizador? Mais do que isso, como explicar que muitos desses conhecimentos permanecem vivos até os dias atuais, ainda presentes nas experiências cotidianas de inúmeras famílias paraenses? Essas questões conduziram a investigação e motivaram a busca por compreender não apenas a

trajetória dos sujeitos que detinham esses saberes, mas também o papel desempenhado pelas próprias plantas medicinais nesse processo.

Ao iniciar a pesquisa bibliográfica, foi possível identificar uma significativa produção historiográfica dedicada ao estudo da pajelança, dos curandeiros e das práticas de cura populares na Amazônia. Esses trabalhos contribuíram para evidenciar o protagonismo dos indivíduos responsáveis pela preservação e transmissão desses conhecimentos. Entretanto, ao longo da investigação, tornou-se perceptível que a vegetação medicinal, frequentemente tratadas como elementos secundários dessas narrativas, possuíam um papel muito mais amplo e complexo. Elas não apareciam apenas como instrumentos utilizados pelos pajés ou recursos empregados em tratamentos terapêuticos. Pelo contrário, estavam presentes em diferentes esferas da vida social, participando de disputas simbólicas, processos de apropriação científica, práticas culturais e relações econômicas.

Esta pesquisa propõe deslocar o foco da análise para as próprias plantas medicinais, vê-las compreendidas como protagonistas históricas das disputas travadas entre os saberes populares e os projetos de modernização implementados pela elite em Belém durante o final do século XIX. Ao adotar essa perspectiva, busca-se compreender de que maneira essa vegetação ocupa posições centrais tanto nas práticas de cura populares quanto nos discursos científicos, médicos e civilizatórios que procuravam redefinir os limites entre os conhecimentos considerados legítimos e aqueles classificados como supersticiosos ou perigosos.

O problema central desta pesquisa consiste em compreender como a flora medicinal participou das disputas entre a medicina popular e a medicina oficial na cidade de Belém entre as décadas finais do século XIX, bem como analisar os fatores que contribuíram para a permanência desses saberes apesar das tentativas de repressão promovidas pelas autoridades, pelos discursos médicos e pelos projetos civilizatórios do período.

O recorte temporal desta pesquisa compreende o período entre 1870 e 1900, intervalo marcado pela intensificação dos projetos de modernização urbana, higienização e consolidação dos discursos médicos na cidade de Belém. A escolha desse período justifica-se por corresponder às décadas em que a imprensa local passou a registrar com maior frequência tanto as denúncias contra pajés e curandeiros quanto anúncios de medicamentos, debates sobre higiene e notícias relacionadas ao uso de plantas medicinais, permitindo observar as disputas entre os saberes populares e a medicina oficial. Embora a análise se concentre nesse intervalo, a pesquisa não o compreende de forma isolada. O período é tomado como um espaço privilegiado para investigar processos históricos mais amplos, identificando

permanências, transformações e estratégias de resistência que explicam a continuidade desses conhecimentos para além do século XIX.

Para responder a essa problemática, o trabalho tem como objetivo geral analisar o protagonismo das plantas medicinais nas relações estabelecidas entre os saberes populares de cura e os projetos de modernização implementados em Belém entre 1870 e 1900. Como objetivos específicos, busca-se compreender a presença desses recursos vegetais terapêuticos nas práticas de pajelança e nos tratamentos populares; investigar os mecanismos de repressão e deslegitimação desses saberes; analisar os processos de apropriação e legitimação científica dos conhecimentos relacionados às plantas; e compreender as formas de resistência que permitiram a continuidade desses conhecimentos ao longo do tempo.

A pesquisa fundamenta-se principalmente na análise de jornais publicados em Belém durante o período estudado, os quais registram denúncias de pajelança, anúncios de medicamentos, relatos terapêuticos e debates relacionados às práticas de cura. Essas fontes permitem observar não apenas as tentativas de repressão promovidas pelas autoridades, mas também as formas pelas quais os conhecimentos vegetais continuavam circulando na sociedade. Além disso, a investigação dialoga com a produção historiográfica e teórica que aborda as relações entre cultura, poder, natureza, conhecimento e resistência.

A partir disso, o trabalho articula diferentes autores que contribuem para compreender as múltiplas dimensões envolvidas na temática. As reflexões de Norbert Elias (1994) orientam a compreensão do processo civilizador e das transformações culturais promovidas pelas elites que buscavam construir uma imagem moderna e civilizada para Belém. A partir de Elias, torna-se possível analisar como determinados costumes e formas de conhecimento passaram a ser considerados incompatíveis com os ideais de progresso que se pretendia implementar.

As contribuições de Pierre Bourdieu (1989) permitem compreender como a negação dos saberes populares também ocorreu por meio da violência simbólica, entendida como a imposição de valores e formas de conhecimento que passam a ser reconhecidos socialmente como superiores e legítimos. Essa ideia possibilita analisar como os conhecimentos relacionados à flora utilizada para tratamentos foram gradualmente marginalizados em favor dos discursos científicos e médicos institucionalizados.

Emanuele Coccia (2018) ocupa posição central na construção desta pesquisa ao oferecer um debate que desloca as plantas da condição de objetos passivos para reconhecê-las como participantes ativas da construção do mundo. Suas formulações permitem compreender os recursos vegetais não apenas como recursos terapêuticos, mas como agentes capazes de produzir relações, conectar diferentes formas de vida e participar da constituição das

experiências humanas. Assim, possibilita atribuir protagonismo ao mundo vegetal, elemento fundamental para os objetivos desta investigação.

As reflexões de Ailton Krenak (2019) e Sueli Carneiro (2005) contribuem para problematizar os impactos dos processos de modernização sobre os saberes tradicionais e as formas de relação com a natureza. Enquanto o primeiro questiona a separação entre humanidade e mundo natural promovida pela modernidade ocidental, a segunda mencionada permite compreender a repressão aos conhecimentos tradicionais como parte de processos mais amplos de epistemicídio, nos quais determinados saberes são sistematicamente desqualificados e excluídos dos espaços de legitimidade.

Autores como Michel de Certeau (1998), Leda Maria Martins (2021) e Heloisa Gesteira (2022) auxiliam na compreensão das formas de circulação, preservação e transmissão desses conhecimentos, destacando o papel da oralidade, da memória e das práticas cotidianas na manutenção dos saberes relacionados às plantas medicinais. Já os estudos de Aldrin Figueiredo (1996), Antonio Maurício Dias da Costa e Juliana dos Santos Carvalho (2019) contribuem para contextualizar historicamente as disputas envolvendo a pajelança, os projetos civilizatórios e as estratégias de repressão desenvolvidas na Belém oitocentista.

A pesquisa reside na possibilidade de contribuir para a compreensão das relações entre cultura, natureza e poder na história amazônica. Ao colocar as plantas medicinais no centro da análise, o trabalho busca evidenciar como elementos frequentemente tratados apenas como recursos naturais participaram ativamente da construção de práticas culturais, disputas por legitimidade e processos históricos de resistência. Pretende-se demonstrar que a história desses vegetais curativos é também a história dos sujeitos que construíram conhecimentos sobre elas, das relações estabelecidas com a natureza e das disputas que definiram quais saberes seriam reconhecidos ou marginalizados na sociedade.

Por fim, ao investigar a trajetória da flora medicinal na Belém do final do século XIX, esta pesquisa procura compreender não apenas um fenômeno histórico específico, mas também questões que permanecem atuais. A continuidade desses conhecimentos no presente mostra que, apesar das tentativas de repressão e apagamento, os saberes relacionados às flora terapêutica continuam ocupando lugar significativo na cultura paraense. Assim, analisar sua permanência significa também refletir sobre as formas de resistência cultural que permitiram a sobrevivência de conhecimentos historicamente marginalizados e sobre a importância de reconhecer a diversidade de modos de compreender a saúde, a natureza e a própria experiência humana.

2 PLANTAS MEDICINAIS COMO PROTAGONISTAS

Para iniciarmos esta discussão, analisaremos fontes produzidas entre 1870 e 1900, período em que os jornais de Belém registravam com frequência práticas e receitas de caráter medicinal, além de publicarem inúmeras denúncias relacionadas a supostos crimes de pajelança. A recorrência desses registros revela a significativa presença dessas práticas no cotidiano da cidade, demonstrando que os saberes populares de cura ocupavam um espaço relevante na vida da população. Ao mesmo tempo, a coexistência de anúncios, relatos terapêuticos e denúncias demonstra as tensões existentes em torno dessas práticas que eram amplamente utilizadas por diferentes grupos sociais, mas também alvo de vigilância, contestação e repressão por parte de setores que defendiam os ideais de modernização e civilização.

Mas o que chama atenção é a descrição de determinados elementos que faziam parte das práticas, rituais e processos de curas que os pajés apresentavam. Destacando-se o uso de itens naturais como as plantas¹. Assim como noticiava o Jornal Diário de Notícias na terça-feira do dia 3 de março de 1896 em um relato que compartilha a receita de um pagé:

“[...] Como o sr. Paulo Vicente, parece estar panema em cousas religiosos, oferecemos-lhe uma receita o nosso pagé Vicente da Carteira, que é: 3 folhas de herva santa - 3 ditas de herva santa Maria, 2 chcaras d'agoa benta, e friccionar se todo durante as novenas do carimbó do velho Antônio Luiz, e verá que fica - marupyára - na ponta a ponto de meter-se em bambos da igreja [...]”.²

A “herva santa” citada é a *Dysphania ambrosioides* (Mastruz)³, o que nesse relato demonstra o uso para algum ritual de cunho religioso, dada a situação do sujeito Paulo Vicente que está “Panema”⁴, que pode ser entendido como um estado de má sorte, uma fraqueza espiritual e até desânimo.

Em outra notícia, do Jornal O Liberal do Pará da quinta-feira, dia 19 de Abril de 1883, um delegado fazia uma denúncia:

“[...] Sei mais por estar no dominio do publico que a profissão de Hilario Pereira Homem é viver a custa dos incautos, disendo ser pagé ou curandeiro [...] Sei

¹ Considerando a diversidade da nomenclatura popular das plantas no Brasil, especialmente na Amazônia, algumas denominações presentes nas fontes históricas podem corresponder a diferentes espécies botânicas. As identificações científicas adotadas neste trabalho referem-se às espécies mais frequentemente associadas a esses nomes na literatura especializada.

² BREVES: ao sr. Paulo Vicente do "15". Diário de Notícias, Belém, ed. 49, 21 fev. 1896, p. 2.

³ Cf. LORENZI, Harri; MATOS, Francisco José de Abreu. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.

⁴ Na tradição amazônica, a panema refere-se a uma condição de azar, enfraquecimento ou perda de habilidades, especialmente relacionadas à caça, à pesca e à saúde, sendo frequentemente tratada por meio de práticas rituais e terapêuticas realizadas por pajés e curadores. Cf. GALVÃO, Eduardo. Santos e Visagens. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955; MAUÉS, Raymundo Heraldo. Padres, Pajés, Santos e Festas. Belém: Cejup, 1995.

mais também que a questão entre Hilario Pereira Homem e Lourenço Pinheiro, vem de uns annaes verdes, que aquele acabou deste para manipular pussanga [...]”.⁵

Nessa notícia, o pajé Hilario Pereira era acusado de se envolver com “annaes verdes” o que pode ser entendido com registros de coisas sobre a natureza, como as plantas, o que se justifica ao finalizar dizendo que ele manipulava “pussanga” que significa mistura e preparo de ervas, raízes, além de outras coisas como perfume.

Ao analisar essas fontes e ver como em relatos de dois diferentes jornais e dois diferentes anos, é possível perceber como as plantas estavam presentes como um elemento crucial em algumas práticas de pajelança, e que dariam reconhecimento aos pajés, destacando a proibição da prática e sua criminalização, demonstrando assim uma ideia de como elas eram usadas. No primeiro jornal o relato descreve como a “herva santa maria” pode ajudar o estado de panema de uma pessoa, nos mostrando que está sendo usada como uma espécie de solução para o que pode ser visto como algo supersticioso. Diferente disso, o Pajé Hilario Pereira é conhecido por ter conhecimento sobre espécies utilizadas nas práticas de cura e o preparo delas, podendo dessa forma ser utilizado para diferentes tratamentos.

Essa diversidade de usos nos mostra uma questão relacionada a um saber tradicional na junção de diversos conhecimentos que levam as pessoas a acreditarem, mesmo que de forma supersticiosa, em soluções naturais, que nesse caso provém de elementos da natureza como as plantas. E isso está ligado diretamente ao conceito de cultura.

Segundo Norbert Elias (1994), o conceito de Kultur desenvolveu-se na Alemanha como uma forma de afirmação identitária e simbólica diante das transformações políticas e sociais vividas pela sociedade alemã entre os séculos XVIII e XIX. O autor diz que, “[...] o conceito alemão de Kultur dá ênfase especial às diferenças nacionais e à identidade particular de grupos” (Elias, 1994, p. 31). A partir disso, podemos entender que a cultura ligada às plantas medicinais e às práticas de cura, podem ser entendidos como manifestações culturais construídas historicamente por grupos sociais, que se mantiveram existindo ao longo do tempo pelo seu impacto na sociedade.

As reflexões de Emanuele Coccia (2018) permitem compreender as plantas para além de sua dimensão biológica, entendendo-as como agentes fundamentais na construção das relações entre os seres vivos e o mundo. Em “A Vida das Plantas”, o autor afirma que “[...] as plantas não são os únicos seres vivos a experimentar essa coincidência [...], concluir que a existência de todo ser vivo é necessariamente um ato cosmogônico” (Coccia, 2018, p. 41.). Dessa maneira, os vegetais podem ser interpretados não apenas como recursos terapêuticos,

⁵ SECÇÃO LIVRE: a verdade restabelecida. O Liberal do Pará, Belém, ed. 87, 19 abr. 1883, p. 3.

mas como elementos que participam da produção de modos de vida, crenças e experiências culturais. Assim, os saberes ligados à vegetação medicinal e às práticas de cura na Amazônia não representam somente conhecimentos utilitários, mas formas de relação com o mundo construídas historicamente por diferentes grupos sociais.

Os saberes relacionados às plantas medicinais podem ser compreendidos como expressões culturais produzidas e preservadas pelos diferentes grupos sociais ao longo do tempo, entre eles populares, indígenas e mestiças da Amazônia. Essas práticas envolviam não apenas conhecimentos terapêuticos, mas também formas próprias de interpretar o corpo, a doença, a natureza e a espiritualidade. Ao afirmar que “[...] os seres vivos produzem cultura [...]” (Coccia, 2018, p. 46), Emanuele Coccia rompe com a ideia de que a natureza estaria separada da experiência cultural humana, permitindo compreender os vegetais como participantes ativas da construção dos modos de vida e das relações sociais, pois os conhecimentos provenientes delas são “[...] uma espécie de herança não anatômica mas ecológica, uma herança exossomática.” (Coccia, 2018, p. 46), ou seja, é uma herança construída socialmente.

O uso das plantas nas práticas de cura não pode ser reduzido apenas a um conhecimento medicinal, pois também representava formas de pertencimento, identidade e continuidade cultural entre grupos historicamente marginalizados, e que evidenciava a diversidade de pessoas que eram possuidoras e praticantes desses saberes. Ao mesmo tempo em que esses saberes fortaleciam vínculos comunitários e preservavam experiências compartilhadas, também passaram a ser alvo de repressão e deslegitimação, que partiam de discursos civilizatórios que buscavam definir quais conhecimentos seriam considerados legítimos dentro da sociedade.

2.1 Cultura, civilização e repressão aos saberes populares

Ao discutirmos o conceito de civilização, é possível compreender que a cultura passa por transformações ao longo do processo civilizador. Assim como Norbert Elias (1994) demonstra ao analisar a situação da Alemanha, a cidade de Belém também vivenciava esse processo nos anos finais do século XIX. Nesse contexto, as elites locais buscavam construir uma imagem de cidade moderna, organizada e alinhada aos padrões europeus de progresso. Como consequência, práticas culturais tradicionais, entre elas o uso da flora medicinal em tratamentos populares, passaram a ser vistas com desconfiança e, muitas vezes, como obstáculos ao projeto de modernização que se pretendia implementar.

Costumes e saberes que não se enquadravam nos modelos considerados civilizados eram frequentemente associados à barbárie, ao atraso e à ignorância. A valorização de referências europeias contribuiu para a deslegitimação de práticas ligadas aos conhecimentos indígenas, africanos e populares, que passaram a ser classificadas como supersticiosas. Diante disso, o projeto civilizador não se limitava à transformação dos espaços urbanos, mas também buscava controlar comportamentos, crenças e formas de conhecimento que divergiam dos padrões considerados legítimos pela sociedade da época.

Elias (1994) explica que “[...] a consciência nacional [...] resume tudo em que a sociedade ocidental dos últimos dois ou três séculos se julga superior a sociedades mais antigas ou a sociedades contemporâneas ‘mais primitivas’[...]” (Elias, 1994, p. 23). Esse trecho demonstra que a ideia de “consciência nacional” funcionava como um mecanismo de legitimação de determinados valores culturais, reforçando a percepção de superioridade dos grupos que se identificavam com os ideais civilizatórios. Dessa forma, aqueles que detinham maior poder político, econômico e intelectual sentiam-se autorizados a classificar outras culturas e saberes como inferiores, promovendo hierarquizações que contribuíam para a marginalização de práticas tradicionais e populares.

Ao analisarmos o processo de civilização vivenciado por Belém no final do século XIX, fortemente inspirado em modelos europeus de urbanização e progresso, percebemos a aplicação concreta dessa ideia de superioridade cultural. As autoridades e setores das elites locais buscavam transformar a cidade por meio de obras de saneamento, reformas urbanas, regulamentações sanitárias e da difusão de hábitos considerados modernos e higiênicos. Nesse contexto, práticas associadas aos saberes populares, como a pajelança e os tratamentos realizados com elementos vegetais, passaram a ser vistas como incompatíveis com o projeto de modernização em curso.

Na imprensa, os discursos médicos e as ações policiais contribuíam para essa percepção ao associar essas práticas à superstição, ao atraso e à ignorância. Um exemplo disso pode ser observado em uma notícia que denunciava a atuação de um pajé nos seguintes termos no jornal *Diário de Notícias* no dia 17 de maio de 1892:

“Um pagé, srs. subprefeitos, um pagé. Lá está o purrio á estrada de S. João, n. 22, de maracá em punho, cachaça ao lado, cigarro de tauary no queixo, a tirar o bicho dos incautos que acreditam nas suas bugigangas. Entrego-lhes de corpo e alma. Peguem-n'o antes que elle vá buscar força com o bicho do fundo.”⁶

O vocabulário empregado pelo jornal apresenta uma tentativa de ridicularizar tanto o pajé quanto aqueles que recorriam aos seus conhecimentos, destacando como característica o

⁶ DE MULETAS: à polícia. *Diário de Notícias*, Belém, ed. 107, 17 maio 1892, p. 2.

fumo do Couratari spp. (Tauari)⁷ e classificando suas práticas como "bugigangas" e tratando seus pacientes como "incautos". Ao mesmo tempo, a notícia assume um caráter de denúncia ao convocar diretamente às autoridades para que interviessem, revelando a participação da própria imprensa na construção de uma imagem negativa dos saberes populares de cura.

Essa postura também se manifesta em outra publicação do mesmo jornal do dia 22 de dezembro de 1896, voltada para uma praticante conhecida como "Xica Pagé":

“Chama-se atenção do sr. capitão Candido, subprefeito da Trindade, para uma mulher que mora na travessa Campos Salles n. 99, conhecida por Xica Pagé. Estando em mudança para Barcarena, onde vae exercer as altas funcções da pagelança, pede-se a s. s. que lhes dê uma recommendação para as autoridades daquelle logar, já que aqui não é possível. S. s. dar-lhe casa.”⁸

Embora apresentada em tom aparentemente cômico, a notícia emprega a ironia para sugerir que as autoridades deveriam acompanhar e restringir a atuação da curandeira em outro município, reforçando a ideia de que a pajelança era tratada como uma prática indesejável que deveria ser permanentemente vigiada e reprimida. Assim, a imprensa não apenas informava sobre esses agentes, mas colaborava para sua deslegitimação pública e para a difusão de um discurso favorável à intervenção do poder estatal.

Mais do que combater determinadas práticas terapêuticas, o chamado projeto civilizador, defendido pelas elites políticas, médicas e intelectuais da época, procurava redefinir quais saberes poderiam ocupar espaços de reconhecimento social. Tudo aquilo que não se adequava aos ideais de higiene, racionalidade e progresso era frequentemente marginalizado, perseguido ou considerado um obstáculo à construção da cidade moderna que esses grupos pretendiam estabelecer.

É possível compreender essa deslegitimação das práticas de pajelança e dos saberes ligados às plantas medicinais a partir do conceito de violência simbólica desenvolvido por Pierre Bourdieu em “O Poder Simbólico”. Para o autor, a dominação não ocorre apenas por meio da força física ou da repressão direta, mas também através da imposição de valores, discursos e formas de conhecimento considerados legítimos pelas classes dominantes. Como afirma Bourdieu:

“Os sistemas simbólicos cumprem a sua função política de instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação, que contribuem para assegurar a dominação de uma classe sobre outra [...] contribuindo assim, segundo a expressão de Weber, para a ‘domesticação dos dominados’.” (Bourdieu, 1989, p. 11)

⁷ Cf. RIBEIRO, João Elias et al. Flora da Reserva Ducke: guia de identificação das plantas vasculares de uma floresta de terra firme na Amazônia Central. Manaus: INPA, 1999.

⁸ SOLICITADOS: pagé. Diário de Notícias, Belém, ed. 285, 22 dez. 1896, p. 2.

Os saberes vegetais terapêuticos populares e às práticas de cura passaram a ser tratados pelas elites urbanas e pelos discursos científicos como conhecimentos inferiores, incompatíveis com os ideais de progresso e civilização que estavam sendo implementados em Belém. As plantas, que durante muito tempo ocuparam papel central nas experiências de cura, nos rituais de pajelança e nos conhecimentos tradicionais transmitidos entre gerações, passaram a ser associadas ao atraso, à superstição e às práticas consideradas bárbaras pelas autoridades e pelos setores ligados ao higienismo.

Não era apenas a prática da pajelança que sofria repressão, mas também toda a relação cultural construída em torno das flora medicinal, já que esses conhecimentos representavam formas próprias de compreender o corpo, a doença e a natureza, diferentes da lógica científica que buscava se consolidar naquele período. Nesse sentido, “a violência simbólica é essa violência suave, insensível, invisível às suas próprias vítimas” (Bordieu, 1989, p. 12) e que se manifesta justamente na tentativa de desqualificar esses saberes e impor o conhecimento científico como única forma legítima de cura, marginalizando práticas culturais que possuíam forte presença no cotidiano das populações amazônicas.

As estratégias de repressão às práticas de pajelança e aos saberes relacionados às plantas medicinais não se limitavam apenas à atuação policial, mas também ocorriam através da construção de discursos que buscavam desmoralizar simbolicamente esses conhecimentos perante a sociedade. Conforme apontam Antonio Maurício Dias da Costa e Juliana dos Santos Carvalho (2019), a aversão das autoridades e dos setores ligados ao higienismo às práticas de cura populares “assumia um sentido moral, ao considerar a busca por esses tratamentos como incivilizada, passível de ação corretiva (do estado) em favor da reintegração de seus adeptos na ordem civilizacional” (Costa; Carvalho, 2019 p. 249). Dessa forma, percebe-se que a repressão não tinha como objetivo apenas impedir determinadas práticas, mas também enquadrar culturalmente os indivíduos dentro de um modelo de sociedade considerado moderno e civilizado.

Outra estratégia simbólica utilizada pelas autoridades consistia na construção de uma relação da pajelança à degeneração moral e ao perigo social. Nos autos analisados pelos autores, o subprefeito Francisco Carvalho afirmava que essas práticas representavam “um fanatismo inconveniente, da superstição que ‘deprime os costumes’, uma ‘herança de pajés aborígenes e de feiticeiros africanos’ que não fora extinta pela catequese e pela civilização nos séculos anteriores” (Costa; Carvalho, 2019, p. 255). Esse discurso explica como os saberes tradicionais eram tratados como obstáculos ao projeto civilizador implementado em Belém entre o final do século XIX e o início do século XX.

Somado a isso, a repressão às práticas de pajelança e aos saberes ligados à vegetação terapêutica também encontrava apoio no sistema jurídico do período, especialmente no Código Penal da República de 1890, que associava essas práticas à criminalidade e ao perigo social. Conforme destacam Antonio Maurício Dias da Costa e Juliana dos Santos Carvalho (2019):

“O curioso é que o Código Penal da República de 1890 mencionava, no artigo 157, a ‘prática do espiritismo’, componente do capítulo III, dos ‘Crimes contra a Saúde Pública’. No mesmo artigo, fala-se em magia, uso de talismãs e cartomancias para inculcar curas, despertar sentimentos, fascinar e subjugar a credulidade pública.” (Costa; Carvalho, 2019 p. 252)

Esse tipo de criminalização dos saberes populares já aparecia anteriormente nos códigos de postura e regulamentos urbanos do final do século XIX. Em um recorte do Jornal o Liberal do Pará de uma quinta feira do dia 14 de outubro de 1880, que apresentava os códigos de postura recomendados pela Câmara Municipal de Belém o artigo 54, no qual determinava que:

“[...]Todo aquelle que se intitular pajé curandeiro, ou que, a pretexto de curar feitiços se introduzir em qualquer casa ou receber na sua algibeira, para simular curas, por meios supersticiosos e desconhecidos, ou para fazer adivinhações ou outros embustes, incorrerá na multa de vinte mil réis [...]”.⁹

O trecho comprova como as práticas de cura associadas às plantas, às rezas e aos rituais de pajelança eram oficialmente tratadas como embustes, superstições e ameaças à ordem pública.

2.2 As plantas entre a modernidade e os saberes populares

Ao mesmo tempo em que as práticas populares associadas aos vegetais medicinais eram marginalizadas, a elite que se auto proclamava civilizada também mantinha uma profunda relação com o mundo vegetal, sobretudo a partir de funções estéticas e urbanísticas associadas ao ideal de modernidade. Essa valorização pode ser observada nas intervenções promovidas na paisagem urbana de Belém durante o final do século XIX, quando as plantas passaram a compor os projetos de embelezamento da cidade. Em notícia publicada pelo jornal Folha do Norte no dia 17 de dezembro de 1896, informava-se que:

“O sr. Intendente de Belém recebeu hontem telegrama de Genova, communicando-lhe terem ali embarcado todas as peças componentes do monumento da Republica, a erguir-se na vasta praça fronteira ao Theatro da Paz, que está sendo embelezada com muito gosto, e de modo conveniente ao nosso clima, com symetrica arborização e bello ajardinamento”¹⁰

⁹ CÂMARA MUNICIPAL: Código de postura da Câmara Municipal de Belém. O Liberal do Pará, Belém, ed. 233, 14 out. 1880, p. 2.

¹⁰ ECHOS E NOTÍCIAS. Folha do Norte, Belém, ed. 352, 17 dez. 1896, p. 2.

A notícia mostra como a arborização e os jardins eram concebidos como elementos fundamentais da modernização urbana, integrando os esforços das autoridades para construir uma imagem de cidade civilizada, higiênica e alinhada aos modelos europeus de progresso.

Essa associação entre vegetação, higiene e civilização aparece de forma ainda mais explícita em outra publicação do jornal três meses depois, que afirmava:

“Sendo o problema da hygiene das cidades do mais palpitante interesse, principalmente nas regiões quentes, os hygienistas cedo encararam-no por todos os lados e estão hoje todos unanimes em reconhecer nas arborizações e nos parques factores de grande valor no problema da hygiene de uma localidade. Apenas tem sido erronea a apreciação do papel que os vegetais representam neste saneamento, e as investigações modernas evidenciaram que as theorias estabelecidas ha muito não eram exactas, mas que, em compensação, as plantas eram talvez ainda mais uteis do que se admittia, se bem de um modo inteiramente diverso [...]”.¹¹

Em seguida, o texto reforçava que:

“[...] A idéa mais corrente é que as arborizações purificam directamente a atmosphaera, tendo sido denominadas até ‘os pulmões das cidades’, dando esta purificação como effeito das funcções das folhas [...] é isto bastante para serem preconizados como verdadeiros e poderosos agentes hygienicos, não sómente os parques, como toda e qualquer arborização de uma cidade”.

Essas publicações demonstram que as plantas passaram a ocupar um lugar de destaque nos discursos científicos e higienistas que orientavam os projetos de modernização urbana do final do século XIX. A arborização era apresentada não apenas como um recurso estético capaz de embelezar os espaços públicos, mas também como um instrumento de saneamento e promoção da saúde coletiva. Logo, a vegetação era incorporada ao ideal civilizatório defendido pelas elites, tornando-se símbolos de progresso, ordem e higiene, o que por sua vez demonstrava que a elite reconhecia as plantas como uma solução, para alguns problemas que a cidade vinha sofrendo como consequência das grandes mudanças feitas pelo projeto civilizador.

A partir das reflexões de Emanuele Coccia, é possível compreender que a vegetação não ocupa apenas um papel biológico, mas também simbólico e sensível na construção das experiências humanas. O autor afirma que “o mundo é antes de tudo o que as plantas souberam fazer dele” (Coccia, 2018, p. 25), demonstrando que a vida social também é moldada pela presença vegetal.

No contexto da Belém do final do século XIX, marcada pelo processo de modernização urbana inspirado em modelos europeus, as plantas passaram a ser valorizadas como elementos de ornamentação e embelezamento da cidade. Presentes em praças, jardins, boulevards e demais espaços públicos, elas eram associadas aos ideais de progresso, higiene e

¹¹ QUAL O VALOR HIGIÊNICO DOS PARQUES URBANOS? Folha do Norte, Belém, ed. 412, 16 fev. 1897, p. 2.

civilização que orientavam as reformas urbanas do período. Contudo, essa valorização não se estendia a todas as formas de relação estabelecidas com o mundo vegetal. Como observa Emanuele Coccia (2018), quando situadas “fora dos muros da cidade”, as plantas eram frequentemente percebidas como “parasitas — ervas daninhas — ou objetos de produção em massa” (Coccia, 2018, p. 11).

Percebe-se então uma contradição: enquanto determinadas plantas eram exaltadas por sua função estética e pela capacidade de aproximar a cidade dos padrões urbanos europeus, os usos populares e terapêuticos dessas mesmas espécies continuavam sendo reprimidos e associados ao atraso, à superstição e à barbárie.

Percebe-se, então, que a relação da sociedade considerada civilizada com as plantas era mais complexa do que uma simples oposição entre valorização e rejeição. Se, por um lado, a vegetação era incorporada aos projetos de modernização por suas funções estéticas, higiênicas e urbanísticas, por outro, suas propriedades terapêuticas também poderiam ser valorizadas quando intermediadas, investigadas ou legitimadas pela medicina acadêmica.

Além disso, os conhecimentos sobre o uso medicinal das plantas não circulavam exclusivamente entre os setores populares, estabelecendo também cruzamentos com outros grupos sociais, inclusive setores das elites. Dessa maneira, a disputa não estava necessariamente na utilidade das plantas, mas nas diferentes formas de circulação, apropriação e legitimação dos saberes construídos em torno delas.

Nesse contexto, a vegetação pode ser compreendida como elemento central nas dinâmicas sociais que envolviam tanto a sociedade civilizada quanto às práticas culturais populares, pois estavam presentes em diferentes formas de experiência e interpretação do mundo. Enquanto os setores ligados à modernização valorizavam a flora por suas funções ornamentais, científicas e urbanísticas, os populares mantinham uma relação terapêutica, espiritual e cultural com elas, especialmente através das práticas de cura e da pajelança.

Coccia (2018), nos faz perceber que as plantas ultrapassam a condição de simples objetos naturais, participando ativamente da construção das relações humanas e sociais, onde o autor afirma que “ser significa para elas fazer mundo” (Coccia, 2018, p. 41), indicando que a existência vegetal está diretamente ligada à produção das formas de vida e das experiências coletivas.

Ao afirmar que “os seres vivos produzem cultura” (Coccia, 2018, p. 46), Coccia permite compreender que as plantas também fazem parte da construção cultural das sociedades, estando presentes tanto nos projetos civilizatórios de embelezamento urbano quanto nos conhecimentos tradicionais transmitidos entre gerações. Dessa maneira, a flora

ocupava uma posição de protagonismo nessas disputas simbólicas, pois ao mesmo tempo em que eram incorporadas ao discurso moderno como símbolos de higiene, beleza e progresso, também permaneciam vinculadas às práticas populares de cura e aos saberes culturais marginalizados pelas elites urbanas.

2.3 Plantas, existência e relação com a natureza

Nesse sentido, as reflexões de Emanuele Coccia ajudam a compreender que as plantas não podem ser vistas apenas como objetos naturais subordinados à ação humana, mas como elementos fundamentais na própria construção do mundo social. Como afirma o autor:

“O mundo é antes de tudo o que as plantas souberam fazer dele. Elas transformaram a atmosfera, produziram o oxigênio, fizeram do planeta um espaço habitável e misturaram todas as coisas na mesma respiração. Ser significa para elas fazer mundo.” (Coccia, 2018, p. 25)

Isso demonstra que esses vegetais pertencem aos espaços naturais muito antes das intervenções humanas e dos projetos de ocupação impostos pela sociedade. Entretanto, ao longo do processo de modernização e expansão urbana, o ser humano passou a ocupar e transformar esses ambientes sem considerar plenamente os impactos gerados sobre a natureza e sobre as formas de vida já existentes nesses territórios. Com isso, as plantas não podem ser compreendidas somente a partir de funções utilitárias como as citadas anteriormente por exemplo, pois sua existência ultrapassa essas classificações, estando diretamente ligada ao equilíbrio vital da terra e à manutenção da própria vida humana.

Sua presença prova uma complexidade de relações ecológicas, culturais e sociais que sustentam tanto os ambientes naturais quanto as experiências humanas construídas ao longo do tempo. Nesse sentido, Ailton Krenak (2019) afirma:

“A humanidade vai precisar reaprender a sentir a Terra como um organismo vivo. Durante muito tempo nós nos descolamos dessa experiência de pertencimento ao mundo natural e passamos a agir como se tudo estivesse disponível para nosso uso. Essa ideia de humanidade separada da natureza é que produz devastação, destrói florestas, rios e todas as formas de vida.” (KRENAK, p. 22, 2019)

A reflexão de Krenak (2019) permite compreender que a relação estabelecida pela sociedade moderna com as plantas e com a natureza esteve marcada por uma lógica de dominação e exploração, diferente das experiências culturais que reconheciam o mundo vegetal como parte fundamental da existência humana e do equilíbrio da vida. Assim, a crítica apresentada pelo autor explica como o afastamento da sociedade moderna em relação ao mundo natural contribuiu para processos de destruição ambiental, apagamento cultural e desvalorização de conhecimentos tradicionais que historicamente construíram formas mais equilibradas de convivência com a natureza.

Essa lógica também atingiu os saberes populares ligados à flora medicinal, especialmente aqueles produzidos por populações indígenas, africanas e mestiças, que passaram a ser constantemente marginalizados pelos discursos científicos e civilizatórios. Como aponta Sueli Carneiro:

“[...]o genocídio que pontuou tantas vezes a expansão européia foi também um epistemicídio: eliminaram-se povos estranhos porque tinham formas de conhecimento estranho e eliminaram-se formas de conhecimento estranho porque eram sustentadas por práticas sociais e povos estranhos. Mas o epistemicídio foi muito mais vasto que o genocídio porque ocorreu sempre que se pretendeu subalternizar, subordinar, marginalizar, ou ilegalizar práticas e grupos sociais” (Carneiro, 2005, p. 97).

A partir dessa reflexão, percebe-se que a repressão às práticas de pajelança e aos usos populares das plantas medicinais em Belém não se limitava apenas à criminalização de determinados rituais, mas também fazia parte de um processo mais amplo de deslegitimação de saberes considerados incompatíveis com os ideais de modernidade e civilização. Logo, ao marginalizar essas práticas, o projeto civilizador também buscava impor uma única forma legítima de conhecimento, baseada na racionalidade científica ocidental, enquanto outras experiências culturais relacionadas à natureza eram tratadas como atrasadas, supersticiosas ou perigosas.

Esse processo nos mostra como o projeto civilizador estava profundamente ligado a interesses opressores e excludentes, que estabeleciam uma relação de dominação tanto sobre a natureza quanto sobre os grupos sociais associados a esses saberes tradicionais. A natureza passa a ser vista apenas como recurso disponível para exploração, extração e benefício individual, desconsiderando os impactos gerados sobre os territórios, as formas de vida e os conhecimentos historicamente construídos em torno dela.

Vemos uma lógica marcada pela violência simbólica e material, que buscava destruir práticas culturais consideradas incompatíveis com os ideais de progresso e modernidade. Assim, longe de representar um verdadeiro avanço social, esse modelo civilizatório reproduzia atitudes coloniais baseadas na imposição, no apagamento cultural e na destruição de relações mais equilibradas entre sociedade e natureza, promovendo mais exclusão e desigualdade do que desenvolvimento coletivo.

3 A DISPUTA DA MEDICINA POPULAR E OFICIAL PELAS PLANTAS

Ao analisar as fontes, percebe-se que o projeto civilizador não rejeitava necessariamente os resultados proporcionados pelas práticas de cura populares, pois existia um interesse pelos efeitos terapêuticos obtidos através dos tratamentos realizados pelos pajés

e por indivíduos que possuíam conhecimentos sobre a flora medicinal. O grande conflito estava relacionado menos à eficácia dessas práticas e mais à legitimidade de quem detinha esse saber.

Nota-se que uma das ações do projeto civilizador, era transformar a medicina oficial como única autoridade reconhecida no tratamento das doenças, mesmo que os conhecimentos populares continuassem circulando entre a população e demonstrando sua importância no cotidiano amazônico. Dessa maneira, as plantas medicinais passaram a ocupar uma posição ambígua dentro desse processo, pois ao mesmo tempo em que os saberes populares eram criminalizados e associados à superstição, muitos dos conhecimentos sobre ervas, raízes e preparados despertavam interesse científico e médico, evidenciando uma disputa pelo controle, pela validação e pela apropriação desses saberes.

Essa disputa em torno dos vegetais curativos torna-se ainda mais evidente quando observamos que, ao mesmo tempo em que os saberes populares eram reprimidos, determinadas espécies vegetais utilizadas tradicionalmente por pajés e curandeiros começavam a despertar interesse da medicina científica. Em uma notícia publicada pelo jornal *A Constituição*: órgão do partido conservador, no dia 23 de agosto de 1876, é destacado que: “[...] Segundo a opinião do sr. M. Rubin, interno dos hospitaes de Pariz, é preciso, de hoje em diante, juntar-lhe um medicamento novo - a folha de jaborandi, importada do Brasil[...]”¹². O trecho demonstra como essa flora conhecida e utilizada por populações brasileiras, como o *Pilocarpus microphyllus* (Jaborandi)¹³, passaram a ser incorporadas aos discursos médicos oficiais, sobretudo quando reconhecidas por instituições científicas europeias.

Percebe-se então uma contradição dentro do próprio projeto civilizador, pois enquanto os conhecimentos populares ligados às plantas eram tratados como supersticiosos e atrasados, os elementos naturais utilizados nessas práticas eram apropriados e valorizados quando inseridos dentro da lógica científica e farmacêutica legitimada pela medicina oficial. Assim, a disputa não ocorria necessariamente sobre a utilidade das plantas, mas sobre quem possuía o direito de produzir conhecimento legítimo acerca delas.

Os jornais da época também demonstram como esses elementos passaram a ocupar um espaço importante dentro do mercado farmacêutico e medicinal que se consolidava no final do século XIX. Em um anúncio sobre os medicamentos e recomendações do “Dr. Maya” publicado pelo Jornal *A República*: Órgão do Partido Republicano, do dia 22 de fevereiro de

¹² CURIOSIDADES DO ESPÍRITO. *A Constituição*: Órgão do Partido Conservador, Belém, ed. 189, 23 ago. 1876, p. 2.

¹³ Cf. COSTA, Fabiano Gumier. *A cadeia produtiva do jaborandi na Amazônia brasileira*. Belém: MPEG, 2017.

1890, é possível observar a divulgação de um medicamento que se utiliza aliado a uma um elemento vegetal:

“[...]GRÃOS DE SAÚDE — Purificam o sangue e curam todos os desarranjos do estômago e intestinos — Dyspepsia, Inchaqueca, Enfartes do fígado, Baço e Hydropsia. Toma-se um grão de saúde a cada refeição para recobrar o apetite e facilitar a digestão. Como purgativo 3, 4 ou 5 grãos em jejum, tomando em cima uma chávena de chá da Índia ou de erva cidreira. Preço da caixa 500 réis. [...]”¹⁴

O anúncio evidencia como as plantas medicinais não estavam presentes apenas nas práticas populares de cura, mas também nos discursos médicos e comerciais que buscavam legitimar determinados tratamentos perante a sociedade. A utilização de elementos como a *Melissa officinalis* (Erva cidreira)¹⁵ demonstra que o conhecimento sobre as propriedades terapêuticas dos elementos vegetais continuava sendo amplamente utilizado, inclusive pela medicina que se apresentava como científica e moderna. Dessa maneira, percebe-se que muitas práticas condenadas quando associadas à pajelança ou aos curandeiros eram, ao mesmo tempo, reaproveitadas e comercializadas pela medicina oficial, revelando uma disputa marcada não pela rejeição completa das flora medicinal, mas pelo controle de sua utilização, circulação e legitimidade social.

Isso traz para a discussão a seguinte questão: por que as plantas se tornam tão necessárias para os tratamentos de doenças e mazelas? E para responder à questão, se pode relacionar a ampla disponibilidade desses recursos naturais com a experiência acumulada pelas populações ao longo do tempo. O próprio trabalho do naturalista, botânico e farmacêutico Theodor e seu filho Gustav Peckolt (2016)¹⁶ demonstra que o uso medicinal das plantas não era algo isolado, mas uma prática profundamente enraizada no cotidiano de diferentes grupos sociais. Os autores afirmam:

“O povo emprega impunemente as plantas e suas diversas partes, preparando com elas infusos, decoctos, ou maceratos em água, ou então usam do suco das mesmas, da tintura feita em aguardente ou álcool forte, do macerato vinoso, ou finalmente do xarope. A forma extrativa é raramente empregada e o cozimento das plantas é usado em banhos, loções, etc., como antifebril, emoliente, adstringente, etc., o que tem sido em parte adotado na medicina. [...] Não devemos abandonar os

¹⁴ PÍLULAS DO DR. MAYA PARA CURAR AS FEBRES INTERMITTENTES (SEZÕES). A Republica: Órgão do Club Republicano, Belém, ed. 5, 22 fev. 1890, p. 3.

¹⁵ Cf. LORENZI, Harri; MATOS, Francisco José de Abreu. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.

¹⁶ Theodor Peckolt (1822-1912) e seu filho Gustav Peckolt (1861-1923) foram uns dos principais estudiosos das plantas medicinais brasileiras entre o final do século XIX e o início do século XX. Naturalista, farmacêutico e pioneiro da fitoquímica no Brasil, Theodor dedicou mais de seis décadas ao estudo da flora nacional, analisando milhares de espécies vegetais e registrando seus usos terapêuticos, muitos deles provenientes de conhecimentos indígenas e populares. Em colaboração com Gustav, publicou a obra História das plantas medicinais e úteis do Brasil, considerada uma das mais importantes referências sobre a farmacognosia brasileira. Sobre a trajetória da família Peckolt, Cf. SILVA, Rodrigo Vinícius Luz da; RANDAU, Karina Perrelli. "Os Peckolt: a contribuição de uma família de farmacêuticos no campo de estudos sobre as plantas medicinais do Brasil". Khronos, n. 16, p. 99-116, 2024.

ditos populares sobre este ou aquele vegetal, por isso que o emprego que dele fazem vulgarmente tem sido algumas vezes confirmado pela ciência.” (Peckolt; Peckolt, 2016, p. 17).

A partir dessa reflexão, percebe-se que as plantas se tornaram elementos fundamentais nos tratamentos de saúde porque constituíam um dos recursos terapêuticos mais acessíveis à população, especialmente em um contexto no qual o atendimento médico era restrito a uma parcela limitada da sociedade. Muito antes da consolidação da medicina científica, os conhecimentos sobre ervas, raízes, cascas e folhas já circulavam amplamente entre indígenas, africanos, mestiços e demais grupos populares, sendo construídos por meio da observação da natureza, da experimentação cotidiana e da transmissão de saberes entre gerações. A partir dessas experiências, diferentes grupos desenvolveram formas próprias de identificar, preparar e utilizar esses elementos naturais para o tratamento de enfermidades, criando um conjunto de conhecimentos que fazia parte de seu cotidiano.

A importância das plantas nos tratamentos não estava relacionada apenas às suas propriedades terapêuticas, mas também à legitimidade que esses saberes possuíam dentro das comunidades que os utilizavam. Como destacam Badke, Budó e Alvim (2012), os conhecimentos sobre flora medicinal são transmitidos principalmente no ambiente familiar, sendo que “a transmissão do conhecimento ocorre de geração para geração” (Badke; Budó; Alvim, 2012, p. 367). Esse processo contribuiu para a preservação e a continuidade de práticas terapêuticas ao longo do tempo, fortalecendo a confiança coletiva em torno desses saberes.

Além disso, esses conhecimentos eram constantemente produzidos e reelaborados nas experiências do cotidiano. Nesse sentido, Michel de Certeau (1998) afirma que “a presença e a circulação de uma representação [...] não indicam de modo algum o que ela é para seus usuários” (Certeau, 1998, p. 40), demonstrando que os sujeitos não apenas reproduzem conhecimentos, mas também os transformam e ressignificam de acordo com suas necessidades e vivências. Dessa forma, o uso de vegetais terapêuticos representava não apenas uma alternativa de cura, mas também a continuidade de tradições e experiências coletivas que, em muitos casos, acabaram sendo posteriormente apropriadas e incorporadas pela própria medicina oficial.

Essa acessibilidade explica o protagonismo das plantas nos tratamentos de doenças ao longo do século XIX. Em uma realidade marcada pelas dificuldades de acesso aos médicos, hospitais e medicamentos industrializados, especialmente entre as camadas populares, esses vegetais representavam uma alternativa terapêutica disponível no próprio ambiente em que as pessoas viviam. Encontradas em quintais, matas, roçados e feiras, elas podiam ser obtidas sem

grandes custos e preparadas a partir de conhecimentos transmitidos entre familiares, vizinhos, pajés e curandeiros. Dessa forma, sua importância ultrapassava a simples função medicinal, pois as plantas também fortaleciam redes de solidariedade e circulação de saberes dentro das comunidades.

O conhecimento sobre qual erva utilizar, como prepará-la e para quais enfermidades ela serviria constituía um patrimônio cultural compartilhado, permitindo que diferentes grupos sociais desenvolvessem estratégias próprias para lidar com doenças e sofrimentos cotidianos. Assim, a ampla acessibilidade das plantas medicinais não apenas favoreceu sua permanência ao longo do tempo, mas também contribuiu para que elas se consolidassem como elementos centrais nas práticas de cura, tornando-se indispensáveis para a sobrevivência e o bem estar de grande parte da população.

3.1 Resistência, oralidade e preservação dos saberes

Mesmo diante das constantes acusações, da criminalização jurídica e das tentativas de deslegitimação promovidas pelos discursos científicos e civilizatórios, os conhecimentos relacionados aos vegetais curativos demonstraram uma notável capacidade de resistência. Isso pode ser observado pelo próprio fato de que, ao longo de todo o período analisado, os jornais continuavam registrando a atuação de pajés, curandeiros e outros indivíduos ligados às práticas de cura popular, evidenciando que esses saberes permaneciam presentes no cotidiano da população.

A permanência dessas práticas pode ser observada na própria imprensa paraense, que continuava registrando a atuação de pajés ao longo das últimas décadas do século XIX. Chama atenção o fato de que essas denúncias eram publicadas no mesmo período em que os jornais também noticiavam as obras de urbanização, arborização e embelezamento da cidade de Belém, evidenciando que o projeto de modernização urbana caminhava simultaneamente à intensificação da repressão contra práticas consideradas incompatíveis com os ideais de civilização. A seção “Echos e Notícias”, publicada de forma recorrente pelo jornal Folha do Norte, tornou-se um espaço frequente para denúncias contra a pajelança. Em uma dessas publicações, do dia 26 de junho de 1896, o periódico noticiava:

"Foi hontem remetida a Junta de Hygiene uma garrafa de tisana, apprehendida por um facultativo d'esta capital [...] Compete a policia dar caça a estes individuos que se dão ao officio de curadores, e que tão graves prejuizos acarretam com as drogas que preparam, com o fim exclusivo do interesse pecuniario."¹⁷

¹⁷ ECHOS E NOTÍCIAS. Folha do Norte, Belém, ed. 178, 26 jun. 1896, p. 2.

A notícia evidencia como o jornal procurava associar os pajés ao exercício ilegal da cura e pressionava as autoridades a intensificarem a repressão contra esses praticantes. Em outra edição da mesma seção, o periódico voltava a abordar a pajelança no dia 27 de agosto de 1896 ao relatar uma ação policial:

"[...] Um pagé, um d'esses malandros que ia vivendo á tripa fôrra, lá p'ras bandas do Cacoalinho [...] o foi encontrar com a bocca na botija, isto é, tocando maracás, tirando bichos das barrigas de varios clientes e a fumar n'um grande cachimbo, cabeça amarrada e a fallar nos companheiros do fundo [...]"¹⁸

A forma como o jornal descreve o pajé evidencia o caráter depreciativo atribuído a esses sujeitos, apresentando-os como "malandros" e tratando suas práticas como fraude e caso de polícia. A recorrência desse tipo de notícia na seção "Echos e Notícias" demonstra que a Folha do Norte participou ativamente da construção de um discurso de criminalização da pajelança. Entretanto, essas mesmas publicações revelam que, apesar da vigilância e das perseguições, essas práticas permaneciam presentes no cotidiano da população paraense. Assim, no mesmo momento em que a imprensa celebrava uma Belém moderna, arborizada e higienizada, também defendia a repressão de saberes tradicionais considerados incompatíveis com esse projeto de cidade, evidenciando que a modernização urbana foi acompanhada por um processo de exclusão e deslegitimação de práticas culturais populares.

O fato de essas práticas terem permanecido presentes no cotidiano da população demonstra que a legitimidade dos conhecimentos populares sobre as plantas não dependia exclusivamente do reconhecimento das autoridades, mas da confiança construída através da experiência coletiva e dos resultados observados por aqueles que recorriam a esses tratamentos. Além disso, por estarem profundamente ligados às tradições culturais, às relações comunitárias e aos conhecimentos transmitidos entre gerações, os saberes sobre a flora medicinal encontrava formas de se adaptar e sobreviver mesmo em contextos de perseguição. Assim, a resistência dessas práticas demonstra que os projetos de modernização e civilização não foram capazes de eliminar completamente formas alternativas de conhecimento, revelando a força cultural dos grupos que continuaram preservando e transmitindo esses saberes apesar das diversas formas de repressão que enfrentaram.

Essa capacidade de resistência também esteve diretamente relacionada às formas pelas quais esses conhecimentos eram preservados e compartilhados entre os indivíduos. Muito antes de serem registrados por escritos científicos ou documentos oficiais, os saberes sobre os vegetais curativos circulavam através da oralidade, da observação e da experiência cotidiana, sendo transmitidos entre familiares, pajés, curandeiros e demais membros da comunidade.

¹⁸ ECHOS E NOTÍCIAS. Folha do Norte, Belém, ed. 240, 27 ago. 1896, p. 2.

A importância desses mecanismos de transmissão pode ser observada inclusive na forma como diversos conhecimentos sobre as plantas foram incorporados por diferentes agentes ao longo da história. Ao analisar a circulação dos saberes botânicos na América portuguesa, Heloisa Gesteira (2022) destaca que “em comum, todos os textos analisados registram em suas páginas o conhecimento dos povos indígenas em relação aos usos das plantas do Novo Mundo e, em muitos casos, incorporam os termos utilizados por diferentes grupos nativos” (Gesteira, 2022, p. 55). Essa observação demonstra que grande parte dos conhecimentos posteriormente registrados em manuscritos, relatórios científicos e tratados médicos possuía origem em experiências acumuladas pelas populações indígenas, que identificavam, utilizavam e transmitiam informações sobre as propriedades desses vegetais muito antes de sua sistematização pela ciência ocidental.

A preservação desses saberes não ocorreu apenas através dos registros escritos produzidos por naturalistas, missionários ou viajantes, mas principalmente por meio das práticas cotidianas e da transmissão oral realizada entre diferentes gerações. Assim, a permanência dos conhecimentos ligados às plantas medicinais evidencia não apenas a resistência cultural dessas populações, mas também sua participação ativa na construção de saberes que posteriormente circulariam em espaços científicos e médicos mais amplos.

Como afirma Leda Maria Martins (2021), a oralitura constitui uma forma de conhecimento inscrita “na voz, no gesto, no corpo e na performance”, configurando-se como uma verdadeira “grafia da memória” (Martins, 2021, p. 84). A partir dessa perspectiva, é possível compreender como os saberes relacionados à flora medicinal conseguiram resistir às tentativas de repressão, silenciamento e apagamento promovidas ao longo do tempo. Sua preservação não dependia exclusivamente de registros escritos ou de instituições formais de ensino, mas estava profundamente ligada à memória coletiva, às experiências compartilhadas e às práticas culturais desenvolvidas no cotidiano das comunidades.

Os conhecimentos sobre o uso de elementos vegetais curativos eram transmitidos por meio da oralidade, da observação e da prática, sendo incorporados às vivências sociais, aos rituais e às experiências de cura de diferentes grupos. Mais do que simples informações sobre propriedades terapêuticas, esses saberes constituíam parte importante da identidade cultural de seus praticantes, sendo constantemente ensinados, recriados e adaptados às necessidades de cada geração. Nesse sentido, a oralitura atuava como um mecanismo de preservação histórica, permitindo a continuidade desses conhecimentos mesmo diante das transformações sociais e das pressões exercidas pelos projetos civilizatórios. Assim, apesar das perseguições e da crescente valorização dos discursos científicos no final do século XIX, os saberes sobre as

plantas medicinais permaneceram vivos por meio da memória, da experiência coletiva e das práticas cotidianas daqueles que os cultivavam e transmitiam.

A permanência dos saberes ligados aos vegetais curativos demonstra que a oralidade desempenhou um papel fundamental na transmissão e preservação desses conhecimentos ao longo do tempo. Ao discutir as diferenças entre as formas oral e escrita de transmissão do conhecimento, Ailton Krenak chama atenção para os limites da escrita diante da riqueza de experiências e significados presentes na fala. Em entrevista ao podcast Chamaê, Krenak (2022) afirma que “[...] a oralidade sugere imagens, a escrita resume. Quando você faz um parágrafo você resumiu um mundo de imagens, que uma fala proporciona [...]” (Krenak, 2022). Essa reflexão nos permite compreender que os saberes relacionados às plantas medicinais não se resumiam a informações objetivas sobre usos terapêuticos, mas envolviam experiências, memórias, observações da natureza, práticas culturais e formas de interpretar o mundo construídas coletivamente ao longo do tempo.

A oralidade possibilitava a transmissão de conhecimentos acompanhados de sentidos culturais que dificilmente poderiam ser registrados integralmente pela escrita. Assim, a permanência desses saberes entre as populações amazônicas esteve diretamente ligada à capacidade das comunidades de compartilhar e recriar continuamente suas experiências através da palavra falada, garantindo a sobrevivência de conhecimentos que resistiram mesmo diante das tentativas de repressão e deslegitimação.

3.2 Estratégias de legitimação e apropriação dos conhecimentos vegetais

Além da transmissão oral e da preservação desses saberes por meio das relações comunitárias, os pajés e demais praticantes das curas populares também desenvolveram estratégias de adaptação diante do avanço dos discursos científicos e das tentativas de repressão promovidas pelas autoridades. Em vez de apenas resistirem de forma passiva, muitos desses agentes passaram a incorporar elementos da linguagem e da legitimidade científica em suas próprias práticas, buscando fortalecer sua credibilidade perante a sociedade. Como destaca Aldrin Figueiredo (1996):

“a retórica científica da época foi muitas vezes reelaborada e reconstruída dentro de sua própria lógica. Ter o beneplácito científico significava ganhar o status de verdade incontestável, justamente porque o método curativo teria, assim, obedecido a um teste ou uma prova das leis científicas” (Figueiredo, 1996, p. 165).

Percebe-se que a permanência dos conhecimentos relacionados às plantas medicinais não ocorreu apenas pela tradição ou pela oralidade, mas também pela capacidade de seus praticantes de dialogar com as transformações do período.

Ao se apropriarem, ainda que parcialmente, de discursos associados à ciência, os pajés encontravam novas formas de legitimar seus conhecimentos e garantir sua continuidade em um contexto cada vez mais marcado pela valorização da medicina oficial. Assim, a resistência desses saberes não se limitava à preservação das tradições, mas envolvia também processos de adaptação, negociação e reconstrução que permitiram sua sobrevivência diante das mudanças sociais e culturais do final do século XIX.

Esse processo demonstra que a relação entre a medicina popular e a medicina oficial não pode ser compreendida apenas como um confronto entre saberes opostos, mas também como um espaço de trocas, adaptações, disputas por legitimidade e necessidades baseadas nas demandas da sociedade doente. Ao incorporarem elementos da linguagem científica, os pajés não estavam necessariamente abandonando seus conhecimentos tradicionais, mas criando mecanismos para garantir sua permanência em uma sociedade cada vez mais influenciada pelos ideais de progresso e racionalidade.

Nesse sentido, a apropriação de termos médicos, de explicações associadas à ciência e até mesmo da divulgação de supostos resultados terapêuticos funcionava como uma estratégia de sobrevivência cultural. Tal prática evidencia que os detentores desses saberes compreendiam as transformações em curso e buscavam se posicionar dentro delas, demonstrando uma capacidade de adaptação frequentemente ignorada pelos discursos que os retratavam apenas como representantes de tradições estáticas ou atrasadas. Logo, a resistência dos conhecimentos ligados à flora medicinal não ocorreu somente pela preservação da memória e da oralidade, mas também pela habilidade de seus praticantes em reinterpretar elementos da modernidade e incorporá-los às suas práticas, garantindo que esses saberes continuassem circulando e sendo reconhecidos por parcelas significativas da população.

Entretanto, essa aproximação com o discurso científico não foi utilizada apenas pelos pajés e praticantes das curas populares. Médicos, farmacêuticos e estabelecimentos comerciais também passaram a se apropriar dos conhecimentos relacionados à vegetação curativa como forma de promover seus produtos e fortalecer sua credibilidade perante a população. Assim, uma estratégia que buscava enfraquecer a influência dessas práticas acabou contribuindo para a valorização e difusão de conhecimentos originados justamente nos grupos que se pretendia marginalizar.

Em diversos anúncios publicados nos jornais do final do século XIX, era comum encontrar medicamentos, xaropes, elixires e preparados farmacêuticos que destacavam em suas composições ingredientes de origem vegetal amplamente conhecidos pela população. Esse cenário revela uma contradição significativa, pois enquanto as práticas terapêuticas

desenvolvidas por pajés, curandeiros e outros agentes populares eram frequentemente associadas à coisas negativas como superstição e ao atraso, os mesmos elementos, quando incorporados aos produtos comercializados por médicos e farmácias, passavam a ser apresentados como símbolos de progresso e racionalidade científica.

Nesse contexto, os recursos vegetais assumiam um papel estratégico na promoção desses tratamentos, conferindo credibilidade aos produtos oferecidos e ampliando sua aceitação entre os consumidores. Dessa forma, percebe-se que o conflito entre a medicina popular e a medicina oficial ultrapassava a questão da cura propriamente dita, envolvendo também uma disputa pelo controle dos discursos de autoridade e pelo reconhecimento de quem possuía legitimidade para interpretar, utilizar e divulgar os benefícios atribuídos às plantas medicinais.

Essa situação pode ser observada em um anúncio publicado no jornal *Diário de Notícias* no dia 1 de julho de 1881, que divulgava um medicamento produzido por um farmacêutico local:

“Xarope de Jaramacaru do angico, de Bernardo Paes, pharmaceutico. — Usa-se d'este medicamento com vantagem na asthma, tosse, bronchite, e todas as molestias das vias respiratorias. Unico deposito — a pharmacia Cordeiro & Comp., successores de Sousa Martins & Comp. Rua da Imperatriz n. 38.”¹⁹

A divulgação desse produto, proveniente do *Anadenanthera* spp. (Angico)²⁰ nos mostra como as propriedades curativas atribuídas às plantas eram amplamente utilizadas como estratégia de promoção comercial. O anúncio procura conferir credibilidade ao medicamento ao associá-lo à figura de um farmacêutico e a um estabelecimento reconhecido da cidade, transformando conhecimentos sobre recursos vegetais em um produto legitimado pelos circuitos oficiais da medicina.

Nota-se que não havia uma rejeição absoluta aos elementos vegetais curativos em si, já que seus usos e propriedades terapêuticas eram frequentemente reconhecidos e explorados por médicos, farmacêuticos, farmácias e até mesmo em anúncios de medicamentos divulgados nos jornais da época. A disputa concentrava-se, sobretudo, na autoridade para utilizar, interpretar e legitimar esses conhecimentos. Dessa forma, enquanto os saberes mobilizados por pajés e curandeiros eram frequentemente classificados como supersticiosos ou perigosos, as mesmas plantas podiam ser valorizadas e incorporadas aos discursos médicos e comerciais, tornando-se instrumentos de prestígio científico e de exploração econômica.

¹⁹ XAROPE DE JARAMACARU. *Diário de Notícias*, Belém, ed. 149, 1 jul. 1881, p. 1.

²⁰ Cf. LORENZI, Harri. *Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil*. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 1992.

O caso do jaborandi evidencia de maneira particularmente clara como a disputa pela legitimidade dos conhecimentos sobre as vegetais curativos ultrapassava a questão de sua eficácia terapêutica, envolvendo também a definição de quem poderia ser reconhecido como produtor legítimo desse saber. Conforme demonstra Fabiano Gumier Costa (2017), os usos da planta antecedem em muito sua incorporação pela medicina científica. Segundo o autor, a própria origem do nome revela sua profunda inserção nos conhecimentos indígenas: “a denominação indígena do jaborandi (yabor-an-di) sinaliza uma utilização intensa da planta na medicina indígena, possivelmente em rituais xamânicos. A mastigação de folhas de jaborandi estimula intensas sudorese e salivação”(p. 59) . O autor acrescenta ainda que:

“É possível que o jaborandi tenha sido uma planta cultivada pelos indígenas, sendo usada para fins medicinais e místicos no Norte e Nordeste do Brasil, onde ela ainda ocorre naturalmente, nos Estados do Pará, Maranhão, Piauí e Ceará. Este fato demonstra que o jaborandi sempre foi manejado, talvez até cultivado, corroborando trabalhos que desmistificam a intocabilidade dos recursos naturais na Amazônia e demonstrando a importância de se propor o ordenamento e monitoramento dessas atividades, valorizando a cultura das populações que historicamente utilizam os recursos naturais” (Costa, 2017, p. 59).

Essa passagem é importante porque demonstra que os conhecimentos relacionados ao jaborandi não surgiram nos laboratórios europeus nem nos centros médicos brasileiros, mas foram construídos historicamente por populações que observavam, manejavam e utilizavam a planta em suas práticas cotidianas. Entretanto, quando esses saberes passaram a despertar interesse científico, o protagonismo de seus detentores originais foi gradativamente substituído pela valorização dos agentes responsáveis por sua inserção nos espaços formais da ciência.

Nesse contexto, a figura de Symphrônio Coutinho²¹ ganha destaque. Costa afirma que “em 1873, o português Symphrônio Coutinho levou amostras das folhas de jaborandi para a Europa. Inicialmente médicos franceses se interessaram pelo jaborandi por causar suor em abundância e salivação. As aplicações oftálmicas foram uma descoberta posterior” . A partir desse momento, a planta passou a circular em instituições científicas internacionais, sendo posteriormente cultivada em países como Alemanha, Bélgica e Inglaterra . Dessa forma, observa-se que o reconhecimento científico do jaborandi esteve diretamente associado à sua entrada nos circuitos acadêmicos europeus, e não necessariamente ao longo processo de experimentação e utilização desenvolvido pelas populações indígenas.

²¹ Sinfrônio Coutinho foi um médico luso-brasileiro responsável por introduzir amostras de jaborandi nos circuitos científicos europeus em 1873, contribuindo decisivamente para o interesse médico pela planta e para a posterior descoberta da pilocarpina, alcaloide que revolucionaria o tratamento oftalmológico do glaucoma. Sobre sua atuação, Cf. COSTA, Fabiano Gumier. Os folheiros do jaborandi: história, ciência e comércio na Amazônia (1870-1930). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017

A repercussão alcançada por Symphrônio Coutinho pode ser percebida também nas fontes jornalísticas do período. Em notícia publicada em 18 de outubro de 1881 pelo jornal O Liberal do Pará, referente à operação de catarata do Barão do Amazonas, o jornal registrava entre os presentes “o dr. S. Coutinho (propagador do Jaborandi)”²², atribuindo-lhe publicamente a posição de principal divulgador da planta. A escolha dessa expressão é reveladora, pois demonstra como a imprensa participava da construção de prestígio em torno de determinados indivíduos ligados à medicina e à ciência. Embora os conhecimentos sobre o jaborandi fossem anteriores à atuação de Coutinho, foi ele quem passou a ser reconhecido socialmente como responsável por sua difusão e valorização.

Essa dinâmica demonstra uma contradição semelhante à observada em relação aos pajés e curandeiros. Enquanto os saberes populares eram frequentemente classificados como supersticiosos ou incompatíveis com os ideais de civilização, as mesmas informações adquiriam legitimidade quando mediadas por médicos, farmacêuticos ou instituições científicas. Em outras palavras, o problema não estava necessariamente no conhecimento sobre a planta, mas na autoridade de quem o propagava. O jaborandi era valorizado quando apresentado sob a linguagem da ciência, mas os grupos que historicamente contribuíram para sua descoberta, manejo e utilização permaneciam à margem desse reconhecimento.

A trajetória do jaborandi permite compreender que a medicina oficial não se constituiu apenas pela produção de novos conhecimentos, mas também pela apropriação, reorganização e validação de saberes já existentes. Ao mesmo tempo em que a ciência ampliava as possibilidades terapêuticas da planta, ela também redefinia os critérios de legitimidade, deslocando o protagonismo das populações indígenas e dos praticantes populares para médicos, pesquisadores e instituições científicas. Assim, o caso do jaborandi revela que a disputa entre medicina popular e medicina oficial envolvia não apenas a cura das doenças, mas também o poder de determinar quem poderia ser reconhecido como autor legítimo do conhecimento.

3.3 As plantas como agentes de conexão e construção do mundo social

O percurso histórico do jaborandi revela que as plantas ocupam uma posição singular na história das sociedades humanas, pois sua existência frequentemente ultrapassa os limites culturais, geográficos e políticos estabelecidos pelos próprios indivíduos. Diferentemente dos sujeitos que se organizam em grupos sociais específicos e constroem fronteiras simbólicas

²² CORRESPONDENCIA EUROPÉIA. O Liberal do Pará, Belém, 18 out. 1881. p. 2.

entre si, as plantas atravessam esses limites de maneira contínua, estabelecendo conexões entre diferentes formas de vida e distintas maneiras de compreender o mundo. Nesse sentido, o jaborandi não pode ser entendido apenas como um recurso terapêutico utilizado por indígenas, médicos ou farmacêuticos, mas como um elemento que possibilitou encontros entre universos sociais diversos, conectando experiências locais da Amazônia a debates científicos desenvolvidos em escala internacional.

Essa perspectiva encontra respaldo nas reflexões de Emanuele Coccia (2018), para quem as plantas ocupam uma posição fundamental na constituição do próprio mundo compartilhado pelos seres vivos. Ao contrário de uma visão tradicional que compreende o vegetal apenas como parte do cenário onde a vida humana se desenvolve, Coccia propõe reconhecer as esse vegetais como agentes ativos na produção das condições que tornam a existência possível. Segundo o autor:

“O mundo é por definição a vida dos outros: o conjunto dos outros seres vivos. O mistério que deve ser explicado é assim o da inclusão de todos num mesmo mundo, e não a exclusão dos outros seres vivos” (Coccia, 2018, p. 46).

A partir dessa formulação, torna-se possível compreender que as plantas não apenas habitam o mundo, mas participam diretamente de sua construção. Elas produzem atmosferas, modificam ambientes, estabelecem relações ecológicas e possibilitam formas de convivência que conectam diferentes seres vivos. No caso do jaborandi, essa capacidade de conexão torna-se evidente quando observamos que uma planta utilizada historicamente por populações indígenas amazônicas passou a integrar experiências médicas, comerciais e científicas em diferentes partes do mundo. Mais do que um simples objeto transportado entre territórios, o jaborandi tornou-se um ponto de encontro entre conhecimentos, práticas e interesses diversos.

Isso permite compreender que as plantas ocupam uma posição singular nas relações estabelecidas entre os seres humanos e o mundo que os cerca. Mais do que simples recursos utilizados para fins específicos, elas participam ativamente da construção de vínculos entre indivíduos, comunidades e territórios distintos. Sua presença atravessa diferentes dimensões da vida social, estando associada a práticas terapêuticas, experiências religiosas, atividades econômicas e formas de organização cultural.

As plantas podem ser entendidas como elementos que aproximam realidades diversas, conectando pessoas que compartilham interesses, necessidades e conhecimentos relacionados ao mundo vegetal. O jaborandi, por exemplo, não esteve restrito a um único grupo ou contexto de utilização, mas integrou diferentes experiências sociais, tornando-se parte de redes de relações que envolveram desde comunidades locais amazônicas até instituições científicas e espaços urbanos distantes de seu ambiente de origem. Logo, sua trajetória

demonstra a capacidade dessa flora de atuar como pontos de encontro entre diferentes formas de viver, perceber e interagir com o mundo.

O interesse despertado pelo jaborandi em espaços científicos europeus demonstra que uma espécie vegetal amazônica foi capaz de inserir regiões consideradas periféricas nos debates médicos internacionais do século XIX. Assim, a importância da planta não se restringe aos seus efeitos terapêuticos, mas também à sua capacidade de criar vínculos entre contextos sociais distintos.

Essa condição revela uma característica fundamental do mundo vegetal: sua capacidade de conectar realidades diferentes sem necessariamente pertencer exclusivamente a nenhuma delas. O jaborandi podia estar simultaneamente presente em práticas indígenas, tratamentos populares, estudos farmacológicos e produtos comercializados por farmácias. Sua existência atravessava categorias sociais que, muitas vezes, eram tratadas como opostas. Enquanto médicos, farmacêuticos, pajés e curandeiros ocupavam posições distintas dentro da sociedade, a planta transitava entre todos esses espaços, estabelecendo relações que ultrapassavam divisões culturais e institucionais.

A capacidade de transitar entre diferentes mundos aproxima-se daquilo que Coccia (2018) identifica como uma das principais características da vida vegetal. Para o autor:

“Estar-no-mundo significa, pois, exercer influências sobretudo fora do lar, fora de seu próprio habitat, fora de seu próprio nicho. Sempre se habita a totalidade do mundo, que é e sempre será infestada pelos outros” (Coccia, 2018, p. 47).

Essa reflexão permite compreender que a existência das plantas está profundamente relacionada à expansão de suas influências para além dos espaços onde surgiram. Ao serem transportadas, cultivadas, estudadas e utilizadas em diferentes contextos, elas ampliam constantemente suas relações com outros seres vivos e com diferentes ambientes. No caso do jaborandi, sua presença ultrapassou os limites da floresta amazônica e alcançou laboratórios, hospitais, farmácias e instituições científicas localizadas a milhares de quilômetros de distância. Com isso, a planta não apenas ocupou novos espaços, mas também participou da transformação desses ambientes e das práticas desenvolvidas neles.

Sob essa perspectiva, torna-se possível questionar interpretações que reduzem as plantas à condição de recursos passivos explorados pelos seres humanos. Embora frequentemente sejam tratadas apenas como matérias-primas para medicamentos, alimentos ou produtos comerciais, as reflexões de Coccia sugerem que elas desempenham um papel muito mais complexo. As plantas produzem relações, influenciam comportamentos, transformam paisagens e participam da construção das experiências humanas. Sua presença não se limita à satisfação de necessidades biológicas, mas alcança dimensões culturais, sociais

e simbólicas que atravessam diferentes sociedades e períodos históricos. No caso do jaborandi, por exemplo, sua importância não estava restrita aos efeitos terapêuticos que despertaram o interesse da medicina científica. A planta também atuou como elemento capaz de conectar territórios distintos, aproximar grupos sociais diversos e integrar diferentes formas de conhecimento em uma mesma rede de relações.

No contexto da Amazônia do final do século XIX, essa característica torna-se particularmente relevante. A flora curativa não estava presente apenas nos tratamentos realizados por pajés ou nos medicamentos comercializados por farmácias. Elas faziam parte das relações cotidianas estabelecidas entre indivíduos e ambientes, integrando experiências religiosas, terapêuticas, econômicas e culturais. Sua importância decorria não apenas das propriedades atribuídas a cada espécie, mas também da capacidade de inserir pessoas em redes de interação mais amplas, conectando comunidades locais a processos históricos que ultrapassavam os limites da região.

A análise do jaborandi, assim como as outras plantas já citadas, nos permite compreender que essa flora desempenhou um papel muito mais amplo do que aquele geralmente atribuído pela historiografia tradicional. Elas não foram apenas objetos utilizados por diferentes grupos sociais nem simples recursos empregados para fins terapêuticos. Sua trajetória demonstra como o mundo vegetal participa ativamente da construção das relações humanas, tornando-se um ponto de encontro entre experiências, práticas e conhecimentos distintos.

Assim, ao acompanhar o percurso de uma planta amazônica desde os saberes populares até os espaços da ciência internacional, torna-se possível perceber que a história das plantas medicinais é também a história das conexões que elas foram capazes de produzir, revelando o papel central do mundo vegetal na constituição das dinâmicas sociais e culturais que marcaram o período.

4 CONCLUSÃO

Esta pesquisa procurou compreender o protagonismo das plantas medicinais nas tensões estabelecidas entre os saberes populares de cura e a medicina oficial na cidade de Belém, entre 1870 e 1900. A análise das fontes permitiu demonstrar que a flora terapêutica ocupou uma posição estratégica nas transformações vivenciadas pela sociedade paraense durante o processo de modernização da capital, constituindo um elemento fundamental das disputas em torno da legitimidade dos conhecimentos sobre a saúde e a natureza.

As evidências reunidas ao longo da investigação demonstram que os conflitos observados nas últimas décadas do século XIX ultrapassavam a discussão sobre a eficácia dos tratamentos. O centro da questão estava na definição de quem possuía autoridade para produzir e validar conhecimentos considerados legítimos. Enquanto pajés, curandeiros e demais praticantes das curas populares eram frequentemente associados ao atraso, à superstição e ao charlatanismo pelos discursos médicos, pela imprensa e pelas autoridades públicas, muitos dos saberes construídos em torno das mesmas espécies vegetais eram apropriados, sistematizados e incorporados pela medicina científica e pelo mercado farmacêutico.

Ao longo deste estudo, tornou-se evidente que esses vegetais desempenhavam funções muito mais amplas do que o simples tratamento de enfermidades. Eles articulavam práticas de cura, experiências religiosas, interesses econômicos, projetos científicos e relações sociais que marcaram a Belém oitocentista. Sua presença tanto nos espaços da pajelança quanto nos laboratórios, farmácias e periódicos evidencia que participaram ativamente da construção das disputas pela produção e circulação do conhecimento.

A documentação examinada revelou ainda uma contradição significativa. Ao mesmo tempo em que jornais defendiam a perseguição aos praticantes da medicina popular e apresentavam suas práticas como incompatíveis com os ideais de progresso e civilização, esses mesmos periódicos divulgavam medicamentos produzidos a partir de espécies amplamente utilizadas pelas populações locais e noticiavam pesquisas voltadas ao estudo da vegetação amazônica. Essa ambiguidade demonstra que o projeto civilizador não pretendia eliminar o uso das plantas, mas redefinir quem poderia produzir, validar e difundir os conhecimentos relacionados à natureza.

Outro aspecto que se destacou foi a continuidade dessas práticas entre as populações amazônicas, mesmo diante das tentativas de repressão e deslegitimação promovidas ao longo do período. A preservação desse patrimônio cultural esteve diretamente ligada à transmissão oral, às experiências compartilhadas nas comunidades e à capacidade de adaptação de seus praticantes diante das transformações sociais do final do século XIX. Assim, sua permanência não decorreu do reconhecimento institucional, mas da profunda inserção desses saberes no cotidiano da população.

Os documentos analisados permitem compreender que a flora medicinal constituiu um importante ponto de encontro entre diferentes projetos de sociedade, revelando conflitos que extrapolavam o campo da saúde e alcançavam dimensões culturais, políticas e simbólicas. Mais do que recursos naturais empregados em práticas terapêuticas, esses vegetais

participaram da construção de relações de poder, da circulação de conhecimentos e da definição das fronteiras entre aquilo que era reconhecido como científico e aquilo que permanecia associado às tradições populares.

Embora a investigação tenha se concentrado na cidade de Belém e privilegiado a imprensa publicada entre 1870 e 1900, os resultados alcançados indicam possibilidades para novos estudos. A incorporação de outros conjuntos documentais, bem como a ampliação do recorte espacial e temporal, poderá contribuir para aprofundar a compreensão sobre a circulação desses conhecimentos em diferentes contextos amazônicos e sobre suas permanências e transformações ao longo do tempo.

Por fim, espera-se que este trabalho contribua para ampliar as discussões sobre a história das plantas medicinais na Amazônia ao evidenciar que elas não ocuparam um papel secundário nos processos históricos analisados. Ao contrário, constituíram elementos capazes de conectar práticas de cura, projetos de modernização, interesses científicos, relações de poder e formas de resistência cultural. Com isso, reforça-se que compreender a trajetória da flora medicinal significa também compreender parte importante da história social, cultural e intelectual da Amazônia no final do século XIX.

REFERÊNCIAS

FONTES:

BREVES: ao sr. Paulo Vicente do "15". Diário de Notícias, Belém, 21 fev. 1896. p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&Pesq=pag%C3%A9&id=4829202885095&pagfis=14194>. Acesso em: 30 jun. 2026.

CÂMARA MUNICIPAL: Código de postura da Câmara Municipal de Belém. O Liberal do Pará, Belém, 14 out. 1880. p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&pesq=pag%C3%A9&pagfis=12064>. Acesso em: 30 jun. 2026.

CURIOSIDADES DO ESPÍRITO. A Constituição: Órgão do Partido Conservador, Belém, 23 ago. 1876. p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=385573&pesq=jaborandi&pagfis=722>. Acesso em: 30 jun. 2026.

CORRESPONDENCIA EUROPÉIA. O Liberal do Pará, Belém, 18 out. 1881. p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&pesq=jaborandi&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=12697>. Acesso em: 30 jun. 2026.

DE MULETAS: à polícia. Diário de Notícias, Belém, 17 maio 1892. p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pesq=pag%C3%A9&pagfis=11136>. Acesso em: 30 jun. 2026.

ECHOS E NOTÍCIAS. Folha do Norte, Belém, 26 jun. 1896. p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=101575&pesq=pag%C3%A9&pagfis=700>. Acesso em: 30 jun. 2026.

ECHOS E NOTÍCIAS. Folha do Norte, Belém, 27 ago. 1896. p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=101575&pesq=pag%C3%A9&pagfis=924>. Acesso em: 30 jun. 2026.

ECHOS E NOTÍCIAS. Folha do Norte, Belém, 17 dez. 1896. p. 2. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=101575&pesq=arboriza%C3%A7%C3%A3o&pagfis=1369>. Acesso em: 30 jun. 2026.

PÍLULAS DO DR. MAYA PARA CURAR AS FEBRES INTERMITTENTES (SEZÕES). A Republica: Órgão do Club Republicano, Belém, 22 fev. 1890. p. 3. Disponível

em:

<https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704440&Pesq=cidreira&id=256308607861&pagfis=1560>. Acesso em: 30 jun. 2026.

QUAL O VALOR HIGIÊNICO DOS PARQUES URBANOS? Folha do Norte, Belém, 16 fev. 1897. p. 2. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=101575&Pesq=arboriza%
%c3%a3o&id=4759005393488&pagfis=1596](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=101575&Pesq=arboriza%c3%a7%c3%a3o&id=4759005393488&pagfis=1596). Acesso em: 30 jun. 2026.

SECÇÃO LIVRE: a verdade restabelecida. O Liberal do Pará, Belém, 19 abr. 1883. p. 3. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&PagFis=14379&Pesq=pag%
C3%A9&id=107010823086](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=704555&PagFis=14379&Pesq=pag%
C3%A9&id=107010823086). Acesso em: 30 jun. 2026.

SOLICITADOS: pagé. Diário de Notícias, Belém, 22 dez. 1896. p. 2. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&Pesq=pag%
c3%a9&id=30405329401&pagfis=15118](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&Pesq=pag%
c3%a9&id=30405329401&pagfis=15118). Acesso em: 30 jun. 2026.

XAROPE DE JARAMACARU. Diário de Notícias, Belém, 1 jul. 1881. p. 1. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=763659&pesq=pharmacia&pagfis=1>. Acesso em: 30 jun. 2026.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BADKE, Marcio Rossato; BUDÓ, Maria de Lourdes Denardin; ALVIM, Neide Aparecida Titonelli. Saberes e práticas populares de cuidado em saúde com o uso de plantas medicinais. *Texto & Contexto – Enfermagem*, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 363-370, 2012.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano: artes de fazer. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

COCCIA, Emanuele. A vida das plantas: uma metafísica da mistura. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2018.

COSTA, Antonio Maurício Dias da; CARVALHO, Juliana dos Santos. O legado afro-indígena aos curadores da Pedreira: pajelança em processos criminais em Belém do Pará (1929-1933). *Brasiliana: Journal for Brazilian Studies*, v. 8, n. 1-2, p. 242-262, 2019.

COSTA, Fabiano Gumier. A cadeia produtiva do jaborandi na Amazônia brasileira. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2017.

COSTA, Fabiano Gumier. Os folheiros do jaborandi: história, ciência e comércio na Amazônia (1870-1930). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. A cidade dos encantados: pajelanças, feitiçarias e religiões afro-brasileiras na Amazônia (1870-1950). Belém: EDUFPA, 2008.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o saber popular. Educar em Revista, Curitiba, n. 25, p. 59-73, 2005.

GALVÃO, Eduardo. Santos e visagens: um estudo da vida religiosa de Itá, Amazonas. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.

GESTEIRA, Heloisa Meireles. O trânsito de plantas: circulação de saberes e práticas médicas na América portuguesa. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 29, n. 1, p. 41-59, jan./mar. 2022.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, Ailton. Entrevista concedida a Emerica. Chamaê. Nubank, YouTube, 24 ago. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=nBYMr0Y1ITk>. Acesso em: 30 jun. 2026.

LORENZI, Harri. Árvores brasileiras: manual de identificação e cultivo de plantas arbóreas do Brasil. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 1992.

LORENZI, Harri; MATOS, Francisco José de Abreu. Plantas medicinais no Brasil: nativas e exóticas. 2. ed. Nova Odessa: Instituto Plantarum, 2008.

MARTINS, Leda Maria. Performances do tempo espiralar: poéticas do corpo-tela. Rio de Janeiro: Cobogó, 2021.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e controle eclesial na Amazônia. Belém: CEJUP, 1995.

PECKOLT, Theodor; PECKOLT, Gustav. História das plantas úteis e medicinais do Brasil. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

RIBEIRO, José Eduardo L. da S.; HOPKINS, Michael J. G.; VICENTINI, Alberto; SOTHERS, Cynthia A.; COSTA, Maria Auxiliadora da S.; BRITO, Joneide M.; SOUZA,

Maria A. D.; MARTINS, Lúcia Helena P.; LOHMANN, Lúcia G.; ASSUNÇÃO, Paulo Apóstolo C. L.; PEREIRA, Everaldo C.; SILVA, Cosme Ferreira da; MESQUITA, Mariana R.; PROCÓPIO, Lilian C. Flora da Reserva Ducke: guia de identificação das plantas vasculares de uma floresta de terra-firme na Amazônia Central. Manaus: INPA, 1999.

SILVA, Rodrigo Vinícius Luz da; RANDAU, Karina Perrelli. Os Peckolt: a contribuição de uma família de farmacêuticos no campo de estudos sobre as plantas medicinais do Brasil. *Khronos*, n. 16, p. 99-116, 2024.